



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CLARA ALESSANDRA SANTANA BORBA

**A INFÂNCIA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA: Desafios para a Participação
Infantil nas Narrativas Jornalísticas**

Brasília
2025

CLARA ALESSANDRA SANTANA BORBA

**A INFÂNCIA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA: Desafios para a Participação
Infantil nas Narrativas Jornalísticas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Educação da Universidade de
Brasília como requisito parcial para obtenção do
título de Pedagogo(a)

Profa. Dra. Viviane Fernandes Faria Pinto
Orientadora

Brasília
2025

CIP - Catalogação na Publicação

S726i Santana Borba, Clara Alessandra.
A INFÂNCIA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA: Desafios para a
Participação Infantil nas Narrativas Jornalísticas / Clara
Alessandra Santana Borba;

Orientador: Viviane Fernandes Faria Pinto. Brasília, 2025.
40 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - Pedagogia)
Universidade de Brasília, 2025.

1. Políticas para a infância. 2. Educação. 3. Crianças
cidadãs. I. Fernandes Faria Pinto, Viviane, orient. II.
Título.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Marcelo e Gláucia, e aos meus irmãos, Marcella e Gabriel, que viveram comigo o trajeto para essa grande conquista.

AGRADECIMENTOS

“Exaltar-te-ei, Deus meu, ó Rei; E bendirei o teu nome para todo o sempre” (Salmos 145:1). A Deus, meu Pai, por instruir sua direção e me dar a força necessária para cumprir este propósito.

À Universidade de Brasília, por oportunizar a realização desta graduação em Pedagogia, e aos seus professores, pelos valiosos ensinamentos ao longo desta caminhada.

À Profa. Dra. Viviane Fernandes Faria Pinto, por sua orientação cuidadosa e pelo saber compartilhado, fundamentais para a construção desta monografia.

Ao meu pai, Marcelo, por sempre acreditar em mim e por me ensinar que a busca pelo conhecimento tem um valor inestimável.

À minha mãe, Gláucia, e ao meu irmão, Gabriel, por compartilharem comigo a jornada nesta universidade.

Às minhas amigas, Júlia Gomes e Júlia Kathleen, pedagogas em formação, pela cumplicidade, amparo e escuta nos momentos difíceis.

Ao meu noivo, Felipe, por seu constante incentivo que, com palavras encorajadoras e um sorriso radiante, torna cada desafio mais leve.

Aos meus colegas de trabalho, em especial a equipe do Núcleo de Logística, que prestaram imprescindível apoio.

A todas as pessoas que, de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão desta etapa, o meu muito obrigada.

“Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações”. Carlos Rodrigues Brandão.

MEMORIAL

O meu nascimento, em janeiro de 2002, foi marcado pela minha primeira experiência em uma instituição pública, no Hospital Materno Infantil de Brasília. Esse momento simbolizou apenas o início de uma jornada repleta de vivências que viriam a marcar minha trajetória e influenciar profundamente minhas escolhas ao longo da vida. Desde a infância, minha trajetória foi atravessada por diferentes instituições e pelas políticas que as sustentam, experiências que me fizeram perceber, mais tarde, a importância de políticas para garantir direitos fundamentais às crianças, tema que se consolidou como objeto deste trabalho final de curso. Desde cedo, manifestei uma personalidade receptiva, expressiva e curiosa. Fui uma bebê comilona, dorminhoca, raramente chorona e pronta para interagir com qualquer pessoa usando a língua do ta, e era “tatatatata” para todo lado. Sempre buscava interagir com o mundo ao meu redor, e a educação se revelou, desde então, uma chave importante para expandir meus horizontes.

Meu amor por viajar e conhecer novos lugares parece ter sido instigado desde os primeiros dias, quando, com apenas vinte dias de vida, minha família embarcou em uma jornada pelo litoral brasileiro. Essas viagens se tornaram uma constante em minha vida, enriquecendo meu entendimento sobre culturas e modos de ser. Lembro-me vividamente do momento em que, pela primeira vez em um país estrangeiro, esbarrei em uma pessoa no aeroporto e falei “*sorry*”, como se soubesse o que essa palavra significava, um indício precoce do meu interesse por idiomas. O ingresso no Centro Interescolar de Línguas, outra política educacional voltada para ampliar o acesso ao aprendizado de idiomas, estimulou minha paixão por línguas estrangeiras. A educação pública foi a base sólida da minha formação e também o cenário onde desenvolvi um olhar crítico sobre o papel do Estado na garantia dos direitos. Esse olhar amadureceu ao longo do curso de Pedagogia, especialmente durante a realização do Programa de Iniciação Científica.

Durante a adolescência, tive a oportunidade de vivenciar o papel de educadora ao ensinar na escola dominical da minha igreja, uma experiência que despertou em mim um profundo interesse pela docência. Assumi o papel de educadora neste contexto ao trabalhar com crianças entre cinco e seis anos. Assim, sempre que possível, buscava oportunidades para estar em salas de aula, tanto como aluna quanto como professora, ansiosa por expandir meus conhecimentos e experiências. Como mencionei, as instituições públicas são parte essencial da minha história. Nasci em um hospital público, estudei em escolas públicas e iniciei minha carreira profissional na Polícia Rodoviária Federal, onde tive a alegria de conhecer meu

noivo, com quem planejo construir uma família. Além disso, sou profundamente inspirada pelo exemplo do meu pai, um servidor público, cuja dedicação e compromisso são motivo de imenso orgulho para mim. Por isso, a escolha da faculdade não poderia ser diferente, e conquistei minha vaga na Universidade de Brasília com muita dedicação. A trajetória da vida acadêmica tem sido um desafio à parte. Conhecer a realidade da educação ao longo dos estágios obrigatórios e perceber discrepâncias entre a teoria e as práticas educativas me leva a uma reflexão constante sobre minha formação e escolhas profissionais. Torna-se interessante analisar minhas inspirações e referências, especialmente meus professores da educação básica, à luz das diferentes vertentes da educação que estudei. Isso me permite compreender melhor o que busco quando estou em sala de aula e alinhar as motivações que fomentam minha vontade de me tornar professora.

Acredito que, ao longo do meu crescimento, o fator que mais influenciou minha decisão de cursar Pedagogia foram minhas experiências prévias em sala de aula e os professores que admirei. Trabalhar com crianças pequenas me fez perceber que ensinar é um ato profundamente transformador. Em uma ocasião marcante, durante o estágio obrigatório, fui convidada a ler o livro *O Monstro das Cores*, de Anna Llenas, para uma turma de educação infantil. Essa foi, acredite, a primeira vez que ouvi um silêncio total naquela sala. As crianças comunicavam, silenciosamente, que queriam muito ouvir aquela história, estavam curiosas e entusiasmadas para entender o mundo a partir do Monstro das Cores. Esse momento de leitura com as crianças pequenas foi transformador para mim, pois a teoria que vinha estudando tomou forma e vida, provocando a imaginação e os sentidos das crianças. Esse momento me fez enxergar a literatura em seu papel ampliador das compreensões do mundo, de si mesmo e do outro. Além disso, viver a experiência do estágio tornou possível aprender mais sobre as crianças enquanto sujeitos e sobre a cultura infantil. Notei como elas se apropriam de conhecimentos culturais de modo interativo e passam a articulá-los em um processo de produção pelo qual ocorre uma aprendizagem social.

Além das práticas escolares, minha trajetória também foi influenciada por experiências de educação não escolar, durante a realização do estágio na Cozinha Solidária do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, no Sol Nascente. A organização de oficinas de jogos de alfabetização para crianças dessa comunidade reforçou meu compromisso com uma educação que não só instrui, mas transforma e emancipa. Refletindo sobre esta pesquisa, percebo como as políticas para a infância que vêm sendo delineadas desde 1980, tema de minha pesquisa de Iniciação Científica, influenciaram gerações e contribuíram para o reconhecimento das

crianças como sujeitos de direitos. Posso afirmar que essas políticas condicionaram diretamente minha jornada, desde a infância até a minha formação como Pedagoga. Nesse caminho, cada experiência vivida em escolas, hospitais ou espaços comunitários reafirma a importância de se lutar por políticas públicas que garantam uma infância digna e oportunidades equitativas de aprendizagem.

Em suma, a trajetória que percorri até aqui tem sido um processo de autodescoberta e reafirmação do meu desejo de me tornar professora. Cada etapa da minha vida contribuiu para direcionar meu olhar sobre a educação e sobre o papel transformador do educador. As vivências em sala, tanto como aluna, quanto como estagiária ou professora, têm mostrado a complexidade do processo de aprendizagem infantil. Os momentos de interação destacam a importância de entender as crianças como seres únicos, capazes de atribuir significado ao mundo de maneiras surpreendentes e criativas. A prática pedagógica, aliada à teoria, revela-se essencial para fomentar um ambiente de aprendizagem favorável e significativo.

Assim, sigo motivada a aprofundar meus conhecimentos, a questionar e a refletir sobre as práticas educativas, sempre com o objetivo de proporcionar às crianças um ensino que respeite e valorize suas singularidades. Este memorial é um testemunho da minha jornada, das minhas motivações e da paixão que nutro pela educação e pelas crianças, reconhecendo a dedicação e os esforços necessários para trilhar esse caminho.

RESUMO

Desde a década de 1980, o Brasil passou por profundas mudanças políticas, econômicas e sociais, especialmente após o período de redemocratização, com destaque para a mobilização social em favor da promulgação da Constituição de 1988. Nesse contexto, as políticas para a infância começaram a ser legalmente entendidas como um direito fundamental, para além de ações assistencialistas. Este estudo analisa a produção jornalística sobre políticas para a infância no Brasil durante esse período, destacando as transformações na formulação e implementação dessas políticas e seu impacto na concepção das crianças como cidadãos e sujeitos de direitos. A pesquisa baseou-se na análise de conteúdo de um conjunto de reportagens presentes no acervo da Câmara dos Deputados, utilizando critérios de seleção fundamentados na relevância temática e nas principais narrativas presentes nos documentos analisados. A codificação dos textos seguiu categorias definidas a posteriori, após processo analítico, que emergiram do conteúdo dos materiais, como direito à educação, assistencialismo e participação das crianças na defesa de seus direitos. Foram analisadas dez reportagens e que demonstraram um panorama significativo sobre a luta pela defesa dos direitos das crianças e a sua inserção nas decisões relacionadas à nova Constituição. A pesquisa revelou os desafios da inclusão das vozes infantis nas políticas públicas, considerando o papel da mídia na construção das representações sobre a infância e sua influência no processo de elaboração da Constituição de 1988.

Palavras-chave: políticas para a infância; redemocratização; crianças cidadãos; crianças como sujeito de direitos.

ABSTRACT

Since the 1980s, Brazil has undergone profound political, economic, and social changes, especially following the democratization period, with emphasis on social mobilization in favor of the promulgation of the 1988 Constitution. In this context, childhood policies began to be legally recognized as a fundamental right, going beyond merely assistentialism actions. This study analyzes journalistic production on childhood policies in Brazil during this period, highlighting the transformations in policy formulation and implementation and their impact on the perception of children as citizens and subjects of rights. The research was based on content analysis of a set of news reports from the collection of the Câmara dos Deputados, using selection criteria based on thematic relevance and the main narratives present in the analyzed documents. The text coding followed categories defined a posteriori, after an analytical process, which emerged from the content of the materials, such as the right to education, assistentialism, and children's participation in defending their rights. Ten reports were analyzed, revealing a significant panorama of the struggle for children's rights and their inclusion in decisions related to the new Constitution. The study highlighted the challenges of incorporating children's voices into public policies, considering the role of the media in constructing representations of childhood and its influence on the drafting process of the 1988 Constitution.

Keywords: childhood policies; democratization; children as citizens; children as subjects of rights.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Reportagem: Crianças.....	24
Figura 2	- Reportagem: Os direitos da criança em debate.....	25
Figura 3	- Reportagens: Minicarta de Minas é entregue a Sarney e Crianças pedem ensino público.....	26
Figura 4	- Reportagem: Lopes abre debates sobre menor carente.....	28
Figura 5	- Reportagem: Criança precisa ser protegida.....	29
Figura 6	- Reportagens: Constituinte recebe as propostas das crianças e Discriminação faz menino chorar.....	30
Figura 7	- Reportagem: Constituinte recebe proposta de crianças.....	31
Figura 8	- Reportagem: Criança quer crescer com mais dignidade.....	32

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REVISÃO DE LITERATURA	15
3 MATERIAIS E MÉTODOS	19
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	20
4.1 Apresentação dos Dados	20
4.2 Análise dos Resultados	22
4.3 Interpretação dos Resultados	33
4.4 Implicações	34
4.5 Limitações	35
4.6 Sugestões para Pesquisas Futuras	36
5 CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS	39

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados de um estudo que se propôs a analisar reportagens que abordam a participação de crianças em prol de políticas e direitos para a infância no Brasil no período da Constituinte. A pesquisa busca identificar as mudanças de perspectiva na formulação e implementação dessas políticas, compreender a participação das crianças nesse processo e relacionar os conteúdos examinados com as políticas para a infância efetivamente implementadas nesse contexto histórico. Entender como as crianças passaram a ser vistas como cidadãs de direitos, e não meramente como objetos de intervenção, é fundamental para compreender as bases das políticas públicas que se consolidaram nas últimas décadas.

A relevância desse estudo reside no fato de que já existe uma extensa literatura que aborda os processos de constituição de políticas para a infância na primeira metade do século XX. No entanto, ainda há uma lacuna significativa de estudos que abordam a elaboração de políticas na história mais recente do país. Portanto, é crucial considerar a persistência dessa lacuna e compreender as articulações entre o contexto histórico, as representações midiáticas e a participação efetiva das crianças na conquista de seus direitos, oferecendo uma contribuição significativa às ciências humanas e sociais. Ademais, é de extrema importância que a sociedade brasileira, em especial os responsáveis pela gestão, disponham de embasamentos sólidos e sustentados em discussões mais democráticas sobre os marcos legais adotados (Rosemberg & Mariano, 2013).

A metodologia empregada inclui a análise de conteúdo de fontes históricas, em especial matérias jornalísticas pertencentes ao Acervo da Câmara dos Deputados, visando identificar os principais temas e padrões existentes nas reportagens que tratam das políticas para a primeira infância. Os resultados deste estudo podem subsidiar futuras ações de extensão, comunicação pública e divulgação científica, de forma a alcançar diferentes setores da sociedade. Esta monografia está estruturada em três seções principais. Na primeira seção, são apresentados os referenciais teóricos que sustentam a pesquisa, abordando o conceito de infância e a literatura que discute as políticas voltadas para a infância. A segunda seção expõe a metodologia utilizada, detalhando os critérios de seleção e análise das fontes jornalísticas. Por fim, a terceira seção traz a análise e discussão dos resultados, relacionando as reportagens

analisadas com as mudanças de perspectiva na formulação de políticas públicas e com a participação das crianças nesse processo histórico.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Ao longo da história, as concepções sobre a infância variaram significativamente, refletindo as transformações sociais e culturais de cada época. Na Europa do século XIX e início do século XX, a infância era frequentemente associada à ideia de inocência, embora outras percepções coexistissem (Ariès, 1981). No Brasil, as abordagens sobre a infância foram profundamente influenciadas por fatores como classe social, gênero e etnia. Durante o período colonial, crianças indígenas foram submetidas à educação e normas impostas pelos jesuítas, enquanto apenas as crianças da elite tinham acesso à educação formal durante o Império (Del Priori, 2021). Essa segregação social marcou profundamente as políticas para a infância, que só começaram a se expandir para as camadas populares a partir do século XX (Rosemberg, 2002).

A infância era, de fato, mais marcada pelo abandono e altas taxas de mortalidade infantil do que por iniciativas educacionais. A Roda dos Expostos, criada em 1734 e extinta em 1950, é um exemplo de uma das políticas mais duradouras voltadas para crianças abandonadas (Marcílio, 2016). Os primeiros Jardins de Infância surgiram no Brasil em 1862, mas seu alcance era restrito. As políticas assistencialistas e de controle social se mostram predominantes quando se discutem as estratégias adotadas pelo Estado para lidar com a infância vulnerável.

Schueler (2000), em seu artigo "A 'Infância Desamparada' no Asilo Agrícola de Santa Isabel: Instrução Rural e Infantil (1880 - 1886)", exemplifica como as políticas voltadas para as crianças pobres no final do século XIX tinham um caráter predominantemente assistencialista, focado em manter a ordem social e garantir mão-de-obra para as fazendas agrícolas. Essas políticas, centradas na educação moral e religiosa, visavam mais à manutenção do status quo do que à promoção de direitos e desenvolvimento integral das crianças.

O enfoque continuou a ser a proteção da sociedade contra aqueles considerados "menos ilustres", perpetuando práticas de internamento institucional que pouco contribuíam para a promoção de direitos e cidadania. A análise desses dados revela que as políticas assistencialistas e de controle social, embora justificadas pela necessidade de proteger e

educar crianças em situação de vulnerabilidade, muitas vezes funcionaram como mecanismos de controle social, limitando a emancipação e o desenvolvimento pleno desses indivíduos.

Nos anos 1970, políticas públicas voltadas para a infância começaram a se expandir, acompanhando a urbanização, o crescimento econômico e as mudanças nos papéis sociais vivenciados no país. Em âmbito internacional, a Declaração dos Direitos da Criança de 1959 marcou o início dos princípios fundamentais de proteção infantil. A Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1979 e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989, reforçaram esses preceitos.

Rosemberg (1999), em seu artigo "Expansão da Educação Infantil e Processos de Exclusão", mostra que, apesar das tentativas de democratização da educação infantil durante o governo Geisel, novas formas de exclusão foram criadas, especialmente em relação às crianças de minorias étnicas e de baixa renda. Essas políticas, na prática, perpetuaram desigualdades, evidenciando as limitações das estratégias de inclusão implementadas durante o período. Isso demonstra que, apesar das iniciativas de democratização, as políticas de inclusão muitas vezes falharam em combater as estruturas de poder existentes, resultando em uma inclusão parcial e excludente.

A partir da década de 1980, houve um reconhecimento crescente da vulnerabilidade das crianças, o que impulsionou a organização de grupos e a apresentação dos indicadores sociais relativos à infância em debates públicos (Souza, 1998). Uma análise da produção científica reforça a complexidade das políticas voltadas para a infância no Brasil, evidenciando tanto seus avanços quanto suas limitações. As políticas de inclusão e democratização da educação buscaram ampliar o acesso à educação, mas enfrentaram desafios significativos.

Assim, a segunda metade do século XX no Brasil foi marcada por significativas transformações políticas, sociais e econômicas. A redemocratização do país, acompanhada pela promulgação da Constituição de 1988 e pela criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), trouxe novos marcos legais que redefiniram a cidadania e os direitos dos indivíduos, incluindo as crianças. Essas transformações redefiniram a concepção da infância no Brasil, reconhecendo as crianças como sujeitos de direitos e promovendo um novo paradigma na formulação de políticas públicas.

Nesse contexto, as políticas para a infância passaram a ser concebidas não apenas como ações assistencialistas, mas como um reconhecimento do direito das crianças ao

desenvolvimento integral. No entanto, como discute Souza (1998), em seu artigo "Crianças e Adolescentes: Absoluta Prioridade?", o viés assistencialista das legislações voltadas para a infância e adolescência persistiu ao longo do tempo, mesmo com os avanços legislativos.

Os esforços para a transformação educacional são evidenciados por Marques Dias (2000) no artigo "Mudanças em Curso no Ensino Público do Paraná", que ilustra como esse estado, na década de 1990, implementou um conjunto de políticas destinadas a melhorar a cobertura educacional e a qualidade do ensino, incluindo a expansão do acesso à educação para crianças, jovens e adultos subescolarizados. Essas políticas tiveram como foco a correção do fluxo escolar e o combate à "cultura da repetência", promovendo uma mudança significativa nos indicadores de escolarização.

Em São Paulo, as políticas de ordenação do tempo escolar são abordadas no artigo "Tempos de Infância, Tempos de Escola: A Ordenação do Tempo Escolar no Ensino Público Paulista (1892-1933)". Souza (1999) analisa como o tempo escolar foi sistematicamente organizado e regulamentado pelas autoridades educacionais no Estado de São Paulo. A ordenação do tempo escolar, com sua ênfase na uniformização e no controle, refletia uma visão disciplinar da educação, onde o tempo era um elemento central na organização pedagógica e na construção da ordem escolar.

Essas políticas, ao estruturarem rigidamente o tempo escolar, buscavam moldar o comportamento dos alunos e garantir a eficiência do processo educativo, mas também levantaram questões sobre a flexibilidade e a adaptabilidade do sistema educacional às necessidades individuais dos alunos. Embora as políticas de ordenação do tempo escolar tenham contribuído para a padronização e o controle da educação, elas também criaram desafios em termos de adaptabilidade e inovação pedagógica, limitando a capacidade do sistema de responder às demandas de uma educação mais inclusiva e centrada no aluno.

Por sua vez, Di Giovanni e Souza (1999) discutem o Programa de Formação Integral da Criança (Profic) implementado em São Paulo entre 1986 e 1993, que procurou estender o tempo de permanência das crianças na escola, melhorando seu desempenho educacional. Embora o programa tenha representado um avanço na tentativa de oferecer uma educação mais inclusiva e de qualidade, enfrentou desafios relacionados à sua implementação e à resistência de alguns setores da sociedade. Assim, apesar dos avanços na transformação educacional, as políticas enfrentaram desafios em termos de implementação e de resistência cultural.

Já o artigo "Movimento Negro e Educação", de Gonçalves e Silva (2000), destaca a luta contínua das organizações negras para garantir o direito à educação para a população historicamente excluída. Essa exclusão, marcada por fatores raciais e socioeconômicos, reflete a omissão do Estado e a resistência das elites em incluir verdadeiramente os negros na esfera educacional.

As políticas de pedagogia hospitalar, embora menos exploradas, revelam a importância crescente dessa modalidade de ensino no Brasil. Como aponta o artigo "A Situação Brasileira do Atendimento Pedagógico-Educacional Hospitalar" (Fonseca, 1999), a criação de classes hospitalares representa uma resposta à necessidade de garantir o direito à educação para crianças e jovens hospitalizados, assegurando a continuidade do desenvolvimento psíquico e cognitivo durante o período de internação. No entanto, o texto também evidencia a falta de políticas públicas claras e de um marco teórico robusto para orientar a pedagogia hospitalar no país, resultando em uma oferta de ensino fragmentada e muitas vezes dependente de iniciativas filantrópicas ou de convênios entre secretarias de educação e saúde.

A literatura, portanto, revela uma tensão constante entre a tentativa de democratização e transformação educacional e a persistência de práticas assistencialistas e de controle social. Enquanto as políticas de inclusão e transformação buscaram ampliar o acesso à educação e melhorar a qualidade do ensino, as políticas assistencialistas e de controle frequentemente perpetuaram desigualdades e limitaram a emancipação das crianças e jovens. Além disso, as políticas de ordenação do tempo escolar e da pedagogia hospitalar mostram que, embora o Estado tenha avançado na regulamentação e na oferta de serviços educacionais especializados, desafios persistem em termos de flexibilidade e integração das diferentes necessidades dos alunos.

Ademais, evidencia-se um panorama de transformações e contradições nas políticas para a infância no Brasil entre as décadas de 1980 e 2000. Enquanto marcos legais como a Constituição de 1988 e o ECA representaram avanços significativos na concepção das crianças como sujeitos de direitos, as práticas implementadas frequentemente enfrentaram limitações relacionadas a desigualdades estruturais, preconceitos e resistências culturais. As análises demonstram que, embora iniciativas de inclusão e democratização tenham ampliado o acesso à educação, elas ainda se depararam com desafios, como a perpetuação de exclusões seletivas e a resistência à transformação dos sistemas de ensino. Por outro lado, políticas assistencialistas e de controle social, mesmo que justificadas pela necessidade de proteção das

crianças vulneráveis, frequentemente reforçaram estruturas de poder que dificultaram a emancipação infantil.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Considerando as profundas transformações políticas, sociais e econômicas ocorridas no Brasil na segunda metade do século XX e com o objetivo de atender aos propósitos da pesquisa, foi adotada a análise de conteúdo como método de investigação. Segundo Bardin (2016), o termo refere-se a um conjunto de técnicas de análise das comunicações que é empregado para obter procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens, permitindo a inferência de conhecimentos acerca das condições de produção e recepção dessas mensagens.

Desse modo, as iniciativas desta pesquisa consistem na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão do conteúdo pesquisado, a fim de posteriormente constituir as categorias que possibilitam a análise dos textos selecionados (Pina, Muller & Pinto, 2017). O material baseou-se em uma seleção de reportagens disponíveis no acervo da Câmara dos Deputados, reconhecido por sua relevância histórica e abrangência no registro de discussões parlamentares e reportagens relacionadas à infância. A análise foi estruturada em três etapas principais, descritas a seguir.

A primeira etapa envolveu um levantamento inicial de reportagens no acervo da Câmara dos Deputados, priorizando documentos que tratassem de políticas públicas para a infância a partir de 1980. Os critérios de seleção incluíram a relevância temática, com foco em infância e políticas públicas, a presença de conteúdos visuais e textuais, e a representatividade temporal, cobrindo momentos-chave como a promulgação da Constituição de 1988. Inicialmente, realizou-se uma leitura flutuante das reportagens selecionadas, com o objetivo de captar impressões gerais, identificar padrões iniciais e compreender o contexto de produção dos documentos. Após essa triagem, foram selecionadas dez reportagens consideradas mais relevantes com base nos critérios propostos, nas quais três possuem fotografias.

Na segunda etapa, os materiais selecionados foram submetidos a um processo de codificação, no qual temas e padrões relevantes foram identificados. Os materiais foram

organizados em cinco categorias temáticas, como: direito à educação, assistencialismo, participação das crianças na defesa de seus direitos, desvalorização das vozes infantis, e a criança de zero a seis anos e a Constituinte. Cada documento foi analisado em termos de narrativas centrais, considerando como a infância é apresentada, os valores e interesses manifestos e as evidências da participação direta ou indireta das crianças no contexto das políticas públicas.

Depois, as reportagens foram analisadas utilizando ferramentas de organização de dados, como planilhas eletrônicas, para registrar os padrões e temas recorrentes. Os dados foram analisados utilizando as técnicas de análise de conteúdo, buscando compreender as concepções e abordagens que têm orientado as políticas públicas para a primeira infância no Brasil, além de permitir observar o contexto em que elas foram propostas e implementadas ao longo do tempo, identificando as principais influências e mudanças de perspectivas.

Para validar os resultados, os dados obtidos foram relacionados a marcos legais e políticas públicas do período, como a Constituição de 1988, bem como às mudanças históricas e sociais observadas na redemocratização do Brasil. Os resultados da análise foram sistematizados em categorias finais, que permitem compreender as mudanças de perspectiva sobre a infância e a formulação de políticas públicas no período.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Apresentação dos Dados

Os dados coletados incluem as reportagens selecionadas e, em determinados casos, as imagens que as acompanham. Para facilitar a compreensão e subsidiar o processo de análise e categorização dos materiais, foi elaborado um quadro que organiza as informações de forma sistemática, apresentando o título das reportagens, suas respectivas datas de publicação, os objetivos das mensagens abordadas e as categorias de análise definidas com base na metodologia de estudo. Além disso, a apresentação das reportagens é essencial para proporcionar uma visão integrada do conteúdo, permitindo observar, de maneira mais ampla, as relações entre texto e imagem e o veículo de transmissão de informações do contexto histórico em questão.

Quadro 1 - Reportagens analisadas

	Título	Publicação	Objetivo	Categorias
1	Crianças	20/08/1986	Expor a falta de garantias constitucionais para as crianças, especialmente as de 0 a 6 anos, alertando sobre a precariedade das políticas públicas e a necessidade de incluir seus direitos na nova Constituição.	A criança de zero a seis anos e a Constituinte
2	Os direitos da criança em debate	11/10/1986	Relatar o 1º Encontro Nacional "Criança e a Constituinte", onde representantes de todo o Brasil discutem os direitos das crianças, culminando com uma ação simbólica no Congresso Nacional, onde as crianças ocupam os lugares dos senadores e deputados para defender suas reivindicações.	Participação das crianças na defesa de seus direitos
3	Crianças pedem ensino público	01/11/1986	Descrever a Passeata da Constituinte em Recife, organizada por alunos e professores, que reivindicam melhorias no ensino público, como a expansão de creches e pré-escolas e a introdução da cultura afro-brasileira no currículo escolar.	Participação das crianças na defesa de seus direitos; Direito à educação
4	Minicarta de Minas é entregue a Sarney	01/11/1986	Apresentar a entrega da "Minicarta de Minas", resultado de debates de estudantes sobre a educação, saúde, e desigualdade social, e destacar as críticas dos jovens sobre a reforma agrária, a representação política e a necessidade de uma sociedade mais igualitária.	Participação das crianças na defesa de seus direitos
5	Lopes abre debates sobre menor carente	22/11/1986	Relatar o Congresso da Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança, discutindo os problemas das crianças carentes no Brasil, incluindo a elaboração de uma carta nacional com propostas para a nova Constituição, abordando temas como educação, saúde, e políticas públicas para a infância.	Participação das crianças na defesa de seus direitos; Assistencialismo; Direito à educação
6	Criança precisa ser protegida	12/12/1986	Mostrar a reunião da comissão estadual Criança e Constituinte no Rio Grande do Sul, que defende a garantia de proteção e defesa das crianças na nova Constituição, com foco nas crianças entre zero e seis anos e a busca por propostas legais para melhorar suas condições de vida.	A criança de zero a seis anos e a Constituinte
7	Constituinte recebe as propostas das crianças	24/04/1987	Relatar a entrega das propostas das crianças ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, destacando a prioridade para a assistência integral à saúde, educação pública e gratuita para crianças de zero a seis anos, a punição da violência contra crianças, e a regulamentação do trabalho infantil.	Participação das crianças na defesa de seus direitos; Assistencialismo; Direito à educação
8	Constituinte recebe proposta de crianças	24/04/1987	Apresentar as propostas das crianças e adolescentes para a Assembleia Nacional Constituinte, que incluem a proteção legal contra violência, a regulamentação do trabalho infantil, a	Participação das crianças na defesa de seus

			garantia de acesso universal à saúde e educação, e a aplicação de recursos públicos para essas áreas essenciais.	direitos; Direito à educação
9	Discriminação faz menino chorar	24/04/1987	Explicar como a discriminação durante o evento de entrega das propostas fez com que um menino representando os meninos de rua se sentisse excluído, destacando as suas reivindicações por melhores condições de vida e proteção contra violência.	Desvalorização das vozes infantis
10	Criança quer crescer com mais dignidade	09/05/1988	Divulgar a mobilização de crianças em defesa de seus direitos fundamentais, ressaltando demandas por alimentação, moradia e dignidade, enquanto sensibiliza para sua inclusão nas decisões da Constituinte.	Participação das crianças na defesa de seus direitos

Fonte: Elaborado pela autora.

4.2 Análise dos Resultados

Os resultados organizados no Quadro 01 e as fotografias apresentadas, evidenciam a luta pela defesa dos direitos das crianças e a inclusão de pautas referentes à infância no processo de elaboração da Constituição de 1988. Dentre as reportagens selecionadas, seis foram publicadas em 1986, três em 1987 e uma em 1988.

Ao observar seus títulos, nota-se que sete das dez reportagens utilizam explicitamente o termo "criança(s)", reforçando a centralidade desse grupo nas discussões sobre políticas públicas e direitos sociais. As demais reportagens, embora não utilizem o termo diretamente, fazem alusão às crianças por meio de conceitos como mini, menor e menino, evidenciando sua presença como foco das narrativas analisadas e reiterando a importância do debate sobre a infância nesse período.

As matérias refletem uma diversidade de temas, que vão desde a reivindicação de direitos básicos, como educação e saúde, até questões mais amplas, como a participação das crianças nos debates políticos e a formulação de leis específicas para protegê-las. Os dados apresentados no Quadro 01 foram sistematizados em cinco categorias de análise: direito à educação, assistencialismo, participação das crianças na defesa de seus direitos, desvalorização das vozes infantis e a criança de zero a seis anos e a Constituinte.

Essas categorias permitem compreender as nuances presentes nas reportagens e a forma como as demandas infantis foram representadas na mídia. Destaca-se que a participação das crianças na defesa de seus direitos é a pauta central abordada em sete das dez

matérias jornalísticas analisadas, configurando-se como um dos eixos mais relevantes desta pesquisa.

As reportagens publicadas em 1986 representam a maior parte das análises, sendo elas: “Crianças”, “Os direitos da criança em debate”, “Crianças pedem ensino público”, “Minicarta de Minas é entregue a Sarney”, “Lopes abre debates sobre menor carente” e “Criança precisa ser protegida”. A primeira reportagem, “Crianças” (figura 1), expõe a ausência de garantias constitucionais específicas para as crianças, especialmente aquelas de zero a seis anos, e alerta para a precariedade das políticas públicas destinadas a essa faixa etária. O texto destaca que os Ministérios da Educação, Saúde, Trabalho, Previdência Social, Justiça e a Seplan¹ criaram uma comissão interministerial com o objetivo de mobilizar e conscientizar a sociedade sobre a importância de incluir os direitos das crianças na nova Constituição.

Essa comissão se comprometeu a entregar um documento com subsídios para os constituintes. Além disso, o Ministério da Educação promoveria um debate sobre o tema, utilizando a TV Executiva da Embratel, para ampliar a discussão sobre a situação das crianças de zero a seis anos e sua relação com a Constituinte. A reportagem enfatiza que, embora as crianças representassem 18% da população, os programas voltados para essa faixa etária frequentemente sofriam cortes orçamentários por serem considerados de baixa prioridade, evidenciando a necessidade urgente de inclusão de seus direitos no texto constitucional.

¹ A Secretaria de Planejamento (SEPLAN) foi criada pela Lei nº 6.036/74, absorvendo funções do Ministério do Planejamento. Extinta em 1985, suas atribuições foram incorporadas a outros órgãos federais.

Figura 1 - Reportagem: Crianças

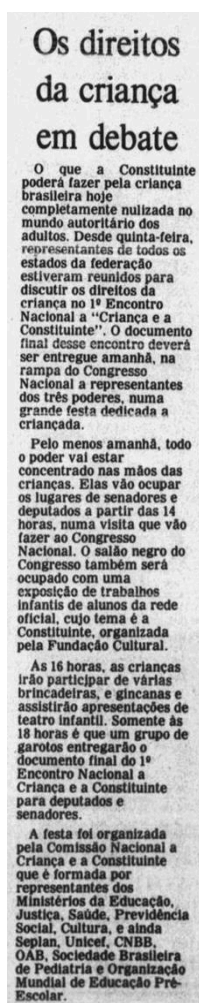
Crianças

As 24 milhões de crianças entre zero e 6 anos existentes no País — 18% da população — não têm seus direitos assegurados na atual Constituição e são atendidas por ações fragmentadas do governo. Os Ministérios da Educação, Saúde, Trabalho, Previdência Social, Justiça e a Seplan criaram uma comissão interministerial para mobilizar e conscientizar a sociedade sobre a questão. Esta comissão deverá entregar no dia 28 de fevereiro de 1987 um documento para subsídio aos constituintes, mas não formulará a sugestão final, somente coordenará os trabalhos. Este é um dos únicos temas de discussão na Constituinte em que a mobilização está sendo feita através do governo e não da sociedade civil.

Ontem o grupo reuniu-se no Ministério da Educação para definir o encontro nacional que debaterá o tema, nos dias 10, 11 e 12 de outubro, em Brasília. No próximo dia 27 o MEC promoverá um debate, via TV Executiva da Embratel, sobre a criança de zero a 6 anos e a Constituinte. A comissão interministerial é unânime em afirmar que hoje os primeiros programas que sofrem cortes orçamentários são os dirigidos a esta faixa etária, porque não são considerados prioritários "e, como os direitos das crianças não estão assegurados na Constituição, estes argumentos para corte de verba são inclusive considerados legais", disse Ana Maria Wilhelm, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, do Ministério da Justiça.

A reportagem “Os direitos da criança em debate” (figura 2), destaca o 1º Encontro Nacional “Criança e a Constituinte”, no qual representantes de diversas regiões do Brasil se reuniram para discutir os direitos das crianças. O encontro culminou na elaboração de um documento final com propostas, que foi entregue a deputados e senadores durante uma celebração no Congresso Nacional, especialmente dedicada às crianças. O evento incluiu uma visita simbólica ao Congresso, onde o Salão Negro foi transformado em um espaço expositivo com trabalhos infantis sobre o tema da Constituinte. Além disso, as crianças ocuparam simbolicamente os assentos dos senadores e deputados, apresentando suas reivindicações e reforçando seu protagonismo na defesa de seus direitos. A programação do encontro também incluiu atividades lúdicas, como brincadeiras, gincanas e apresentações de teatro, promovendo um ambiente de interação e participação.

Figura 2 - Reportagem: Os direitos da criança em debate



A reportagem “Crianças pedem ensino público” (figura 3), descreve uma mobilização social significativa em Recife, a Passeata da Constituinte, organizada por alunos, professores, pais e funcionários das escolas públicas municipais. O movimento percorreu as ruas do centro da cidade e culminou em um ato público na Praça da Independência, onde foi distribuída uma “carta aberta aos constituintes”. As reivindicações destacadas incluíam a redefinição da política educacional, garantindo o fortalecimento do ensino público municipal e assegurando à classe popular a apropriação do saber. Além disso, os manifestantes solicitaram a inclusão da cultura afro-brasileira no currículo escolar e a ampliação da oferta de creches e pré-escolas para crianças de zero a seis anos.

Figura 3 - Reportagens: Minicarta de Minas é entregue a Sarney e Crianças pedem ensino público



Fonte: Acervo da Câmara dos Deputados

A matéria “Minicarta de Minas é entregue a Sarney” (figura 3), relata a entrega da Minicarta de Minas, documento elaborado após dois dias de debates envolvendo cerca de cento e cinquenta alunos, com idades entre onze e dezoito anos, de escolas particulares, municipais e estaduais de Minas Gerais. A carta, que continha reivindicações destinadas aos constituintes, foi recebida pelo presidente José Sarney e lida por um jovem em uma miniassembleia, onde o documento foi aprovado. Sarney ouviu atentamente as críticas apresentadas e elogiou o interesse e a preocupação dos jovens com o futuro do país.

Assinada pelos oito relatores das comissões que discutiram temas como educação, saúde e violência, a carta também abordou questões relacionadas ao meio ambiente, alimentação e habitação digna. Os jovens apresentaram críticas à reforma agrária, à representação política e à desigualdade social, destacando a necessidade de uma sociedade mais justa e igualitária. O jovem que realizou a leitura foi amplamente elogiado por sua postura e impressionou os jornalistas presentes.

A fotografia presente na matéria mostra o então presidente José Sarney sentado em sua mesa, cercado por crianças e alguns adultos. O título da foto diz que "Sarney recebe os garotos e elogia seu interesse pelo futuro do Brasil", retratando o momento em que as demandas das crianças foram levadas ao chefe do Executivo.

Em “Lopes abre debates sobre menor carente” (figura 4), a reportagem trata do Congresso da Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança, que organizou uma manhã de lazer no Parque da Cidade para que as crianças pudessem expressar suas reivindicações e propor reformas no Sistema de Atendimento ao Menor. O Congresso configurou-se como um espaço de troca de experiências, oportunizando debates sobre os trabalhos realizados em prol de menores carentes na capital federal.

Entre as lutas apresentadas, destacam-se: a obrigatoriedade de aplicação de recursos em programas de atendimento ao menor, a revisão da legislação sobre creches, a instituição de plantões sociais junto ao Juizado de Menores e Varas de Família, a obrigatoriedade da pré-escola para crianças de quatro a seis anos, a adoção de um Sistema Educativo de Base (primeiro grau) com jornada de oito horas e a implantação do trabalho social na escola.

Chama-se a atenção para o discurso cotidiano em que predominava a divisão entre “criança” e “menor”. Enquanto o termo “criança” era associado às crianças brancas, escolarizadas e alinhadas às expectativas sociais, “menor” era utilizado para se referir às crianças pobres, negras e em situação de vulnerabilidade, muitas vezes sem perspectivas (Didonet, 2022).

Figura 4 - Reportagem: Lopes abre debates sobre menor carente

Lopes abre debates sobre menor carente

Os problemas dos 36 milhões de menores carentes do País estão sendo debatidos no Congresso da Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança, que se realiza no auditório Petrônio Portella, do Senado até sábado. O Congresso tem como tema principal "o Menor na Realidade Nacional" e foi aberto ontem, às 10h, pelo secretário de Serviços Sociais, Adolfo Lopes.

Este Congresso é resultado dos diversos encontros e seminários realizados em 18 municípios nos últimos 18 meses e objetiva defender e oferecer melhores condições de vida às crianças. No final será elaborada uma carta nacional, contendo a posição de todos os setores que atuam dentro da questão do menor. O documento servirá como subsídio na elaboração da nova Constituição.

Além da elaboração da Carta Nacional, os participantes vão discutir os temas "a Criança e os Ideais da Nova República", "a Criança e a Assembleia Nacional Constituinte", "a Questão da Criança e a Decisão Política". Os trabalhos do dia 24 serão marcados com uma manhã de lazer no Parque da Cidade, onde todas as crianças presentes terão a oportunidade de falar sobre seus problemas e reivindicar reformas no Sistema de Atendimento ao Menor.

A tarde, os trabalhos prosseguirão com a exposição do painel "as políticas sociais públicas", a ser debatido pela presidente da Funabem, Marina Bandeira, pelo presidente da LBA, Marcos Vilça, pelo secretário de Promoções Sociais de São Paulo, Carlos Alfredo de Souza Queiroz, e pelo coordenador pedagógico do Centro Educacional Dom Bosco, de Pernambuco, padre Ramiro Ludeña Amigo.

Segundo Adolfo Lopes, a rea-

lização deste Congresso em Brasília é uma troca de experiências e a oportunidade "de falar sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido em prol do menor carente na capital federal". Lopes aproveitou a oportunidade para lembrar que "as autoridades estão sensíveis ao problema dos cerca de 220 mil menores carentes existentes em Brasília e a prova disto é a viabilização de dois excelentes projetos sociais pelo governador José Aparecido", acrescentou.

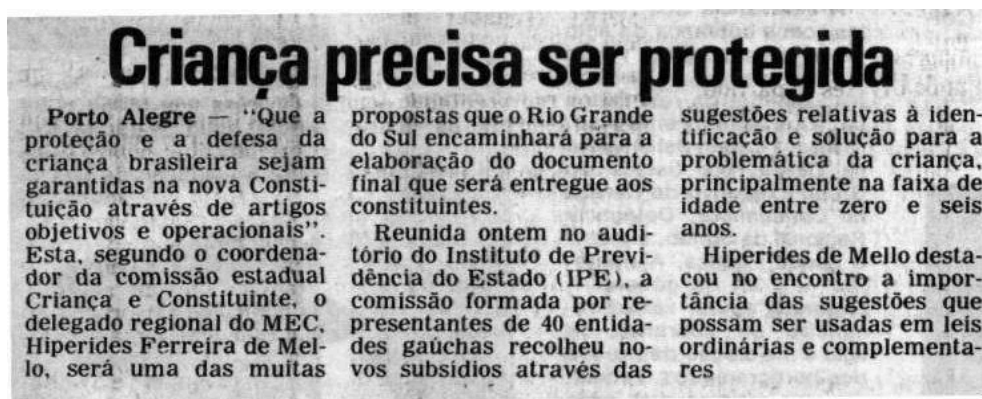
Um dos projetos, já está em prática, é voltado para o menor infrator e objetiva a reestruturação da Comela. O outro que deverá ser anunciado ainda este ano, visa à criação de Centros Integrados de Desenvolvimento Infantil onde as crianças serão assistidas nas áreas da educação, saúde, assistência social, agricultura e cultura.

Regina Helena Pedroso, membro da Coordenação Nacional da Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança, disse que a proposta principal do organismo é a municipalização do sistema de atendimento ao menor. "Cada município ficaria encarregado de cuidar de suas crianças, enquanto que o Estado e a União seriam incumbidos apenas de repassar os recursos", disse.

A Frente vem lutando ainda para que seja instituída a obrigatoriedade de aplicação de recursos em programas de atendimento ao menor; pela revisão da legislação sobre as creches; instituição de plantões sociais junto ao Juizado de Menores e Varas de Família, rescisão de Legislação à pré-escola obrigatória para atendimento a crianças de quatro a seis anos; adoção do Sistema Educativo de Base (1º grau) em jornada de oito horas e a implantação do trabalho social na escola.

A reportagem “Criança precisa ser protegida” (figura 5), relata que, em Porto Alegre, a comissão estadual Criança e Constituinte reuniu representantes de quarenta entidades para discutir propostas voltadas à garantia da proteção e defesa das crianças na nova Constituição, com atenção especial às crianças de zero a seis anos. De acordo com o delegado regional do MEC, Hiperides Ferreira de Mello, as sugestões fariam parte do documento final a ser entregue aos constituintes, priorizando a inclusão de artigos claros e operacionais, com potencial para serem aplicados em leis ordinárias e complementares.

Figura 5 - Reportagem: Criança precisa ser protegida



Fonte: Acervo da Câmara dos Deputados

De 1987, foram analisadas três matérias, intituladas: “Constituinte recebe as propostas das crianças”, “Constituinte recebe proposta de crianças” e “Discriminação faz menino chorar”. A reportagem “Constituinte recebe as propostas das crianças” (figura 6), relata que crianças apresentaram suas propostas à Assembleia Nacional Constituinte, discutindo a implantação de um programa de assistência materno-infantil como uma das principais prioridades. A fotografia da reportagem mostra as crianças marchando em frente ao Congresso Nacional, segurando uma faixa onde se lê “Constituinte”. Sua descrição indica que duzentas crianças foram ao Congresso para levar propostas a serem inseridas na nova Constituição neste dia.

De forma semelhante, a reportagem “Constituinte recebe proposta de crianças” (figura 7), aborda a mesma proposta elaborada pelas crianças para os constituintes, destacando entre as reivindicações o amparo legal que assegurasse condições dignas para a vida e o pleno desenvolvimento infantil, a coibição de qualquer forma de violência, seja física, mental ou

psicológica cometida por adultos ou instituições, e a definição da imputabilidade penal a partir dos dezoito anos. Além disso, a reportagem aborda propostas relacionadas à regulamentação do trabalho infantil, à garantia de acesso universal à saúde e à educação pública gratuita desde o início do ensino fundamental até a conclusão do nível médio.

Figura 6 - Reportagens: Constituinte recebe as propostas das crianças e Discriminação faz menino chorar

24 ABR 1987 *Que bagulho*

Constituinte recebe as propostas das crianças

JORNAL DE BRASÍLIA

Mais de 200 crianças invadiram o Congresso Nacional ontem, para entregar ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, um documento da Comissão Nacional Criança e Constituinte contendo as propostas e reivindicações do menor.

O documento para os constituintes, na forma de um projeto de lei, resulta de um trabalho iniciado desde agosto passado que envolveu centenas de entidades da sociedade civil, como a Organização Mundial de Educação Pré-Escolar, a Comissão de Justiça e Paz da CNBB, a Sociedade Brasileira de Pediatria, a OAB, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a Fenaj e a Unicef.

Entre os principais artigos do projeto, estão a garantia de assistência integral à saúde da criança e do adolescente e a implantação, em caráter prioritário, de programa de assistência materno-infantil. Na área de educação, estabelece a obrigação do Estado de garantir a oferta gratuita deste bem à criança de zero a seis anos em instituições como creches e pré-escolas.

O coordenador da Comissão, Vital Didonet, explicou que a proposta ainda prevê a punição da violência de qualquer natureza, física, mental ou psicológica contra as crianças, enquadrando-a como crime. «Na área de trabalho» — frisou ele — «propomos a idade de 14 anos, como mínima para o trabalho do menor, assegurando-se os mesmos direitos trabalhistas dos adultos».

Na sua opinião, os problemas das crianças hoje no país devem ser olhados sob um prisma novo e não pela concepção paternalista do Estado, apesar desse trabalho ser necessário principalmente agora às vésperas do novo texto constitucional do país, que deverá consagrar, entre outros pontos, o próprio direito à vida.

«Só para se ter uma idéia, de cada mil crianças que nascem, 68 morrem antes de completar a primeira semana de vida e, no Nordeste, isso é mais grave, com um percentual de 105 por mil. Isso, sem dúvida, não pode mais continuar», finalizou.

ANC 88
Pasta 24 a 30
Abril/87
023

na CONSTITUENTE



Duzentas crianças foram ao Congresso levar propostas que querem inseridas na nova Carta

Discriminação faz menino chorar

No meio da alegria de dezenas de crianças, um garoto não tinha motivos para sorrir. Seu nome: André Luis Jesus da Silva, de 12 anos. Em meio à festa que corria solta no Salão Negro do Congresso, ele não agüentou e, sentado num pequena escada, chorou.

O motivo para sua tristeza parecia simplório. A Embaixada da Paz — um grupo de artistas e educadores que trabalham com os meninos de rua do Rio de Janeiro — que trouxe André como representante eleito desses meninos, não participou da solenidade da entrega do documento alegando discriminação por parte da Comissão Nacional da Constituinte.

«Nós trouxemos uma imensa bandeira branca com uma pomba representando a paz para ser estendida no edifício do Congresso,

das crianças não tivessem relação alguma», explicou Bárbara Stella, coordenadora do grupo.

Já a Comissão Nacional dos Meninos de Rua, se sentia discriminada por não haver sido recebida pelo deputado Nelson Aguiar, presidente da Sub-comissão da Família, do Idoso e da Criança. Benedito Rodrigues, um dos diretores da entidade reclamava da falta de atenção. «Estava tudo marcado e na última hora recebemos a informação de que o deputado não poderia nos receber», disse ele.

Alheio a todas essas divergências e como a indagar porque os adultos são tão complicados, André Luis, segurava o seu «pedaço de asfalto» contendo as principais reivindicações dos meninos de rua. Entre elas: «Queremos ter sempre roupa e sapato» e «não queremos apanhar da polícia».

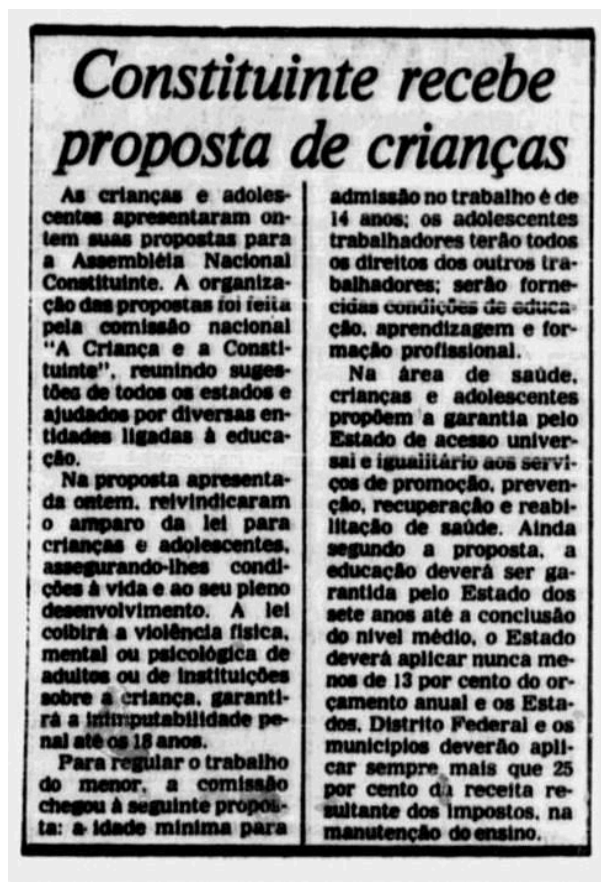
O choro do líder André Luis

O pessoal da comissão falou que isso iria tirar a atenção das crianças, como se a luta pela paz e a luta



Fonte: Acervo da Câmara dos Deputados

Figura 7 - Reportagem: Constituinte recebe proposta de crianças



Fonte: Acervo da Câmara dos Deputados

Já a reportagem "Discriminação faz menino chorar" (figura 6), narra um episódio ocorrido durante um evento de entrega de propostas à Comissão Nacional Constituinte. André Luiz, representante eleito dos Meninos de Rua do Rio de Janeiro, não participou da solenidade da entrega do documento elaborado alegando discriminação por parte da Comissão Nacional da Constituinte. A Comissão Nacional dos Meninos de Rua também relatou discriminação, expressando insatisfação por não ter sido recebida pelo deputado Nelson Aguiar², após um cancelamento repentino de um encontro previamente agendado. A fotografia contida na matéria mostra o líder André Luiz sendo consolado por duas outras pessoas, que demonstram apoio e preocupação em um momento de frustração diante dos desafios enfrentados pelo movimento.

² Nelson Aguiar foi deputado federal pelo PMDB e atuou como constituinte na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. Atuou nas discussões sobre os direitos das crianças e adolescentes, sendo uma figura importante na transição para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990.

A última matéria analisada, publicada em 1988, chama-se “Criança quer crescer com mais dignidade” (figura 8), e destaca a mobilização de crianças da Comunidade Infantil do Minter³ em defesa de seus direitos, realizada em frente ao Congresso Nacional. O texto ressalta demandas como alimentação, moradia e respeito às crianças enquanto cidadãos e sujeitos de direitos. A mobilização buscou sensibilizar os constituintes e reforçar a necessidade de inclusão das pautas infantis nas decisões relacionadas à nova Constituição. A fotografia da reportagem retrata as crianças reunidas em frente ao Congresso no dia da mobilização.

Figura 8 - Reportagem: Criança quer crescer com mais dignidade



Fonte: Acervo da Câmara dos Deputados

³ A Comunidade Infantil do Minter foi uma iniciativa vinculada ao Ministério do Interior que visava oferecer acolhimento e proteção a crianças em situação de risco, com foco em cuidados, educação e reintegração social.

4.3 Interpretação dos Resultados

A análise das reportagens jornalísticas selecionadas revela um panorama sobre a luta pela defesa dos direitos das crianças e a sua inserção nas discussões constitucionais da década de 1980. Os resultados obtidos estão intimamente ligados com as questões de pesquisa, que buscavam compreender como as crianças eram representadas na mídia e de que forma suas demandas eram tratadas no processo de elaboração da Constituição de 1988.

O dado mais relevante é a centralidade da participação das crianças nas matérias analisadas. Em sete das dez reportagens, a participação infantil é destacada, seja por meio de mobilizações, manifestações ou encontros com os constituintes, apontando para um movimento crescente pela inclusão das pautas infantis nas discussões políticas. Esse dado confirma que, no contexto da Constituinte, houve uma mudança de perspectiva na forma como as crianças eram vistas.

As imagens de crianças ocupando o Congresso Nacional ou participando de debates importantes mostram um avanço significativo na forma como a infância era entendida na sociedade brasileira, refletindo o desejo de um novo olhar sobre as necessidades e direitos das crianças, especialmente aquelas entre zero e seis anos. Outro aspecto importante que os resultados evidenciam é a ênfase em temas como educação, saúde e proteção social. Essas pautas, frequentemente associadas a políticas assistencialistas, são apresentadas nas reportagens de forma a questionar a marginalização da infância nas políticas públicas, como exemplificado pela crítica à escassez de recursos destinados a essa área, especialmente para as crianças de zero a seis anos.

A busca pela inclusão desses direitos na Constituição de 1988 reflete a crescente conscientização social sobre a urgência em garantir direitos para as crianças, com acesso à educação de qualidade, saúde e proteção contra abusos. A elaboração de uma nova Constituição representou um ensejo para reconhecer a criança como pessoa, cidadã e sujeito de direitos, rompendo com a visão que a colocava em uma posição subalterna, limitada à incapacidade e à mera preparação para a vida adulta.

A presença da questão da inviabilização das vozes infantis, especialmente nas reportagens de 1987 e 1988, é também um ponto significativo. A discriminação vivida pelos representantes das crianças, como na reportagem sobre o menino de rua, André, que alegou ter sido ignorado pelos constituintes, ilustra um desafio ainda persistente: a dificuldade de garantir uma representação plena e respeitosa das crianças em espaços de poder.

Este dado é fundamental, pois reforça a ideia de que, mesmo com as reivindicações sendo ouvidas, a real inclusão das vozes infantis no debate político e jurídico é um processo complexo, marcado por resistências e limitações institucionais. A pedagogia da infância, presente em algumas instituições de educação infantil, se caracteriza pela valorização da escuta ativa, pelo envolvimento no planejamento das atividades e pela adaptação do trabalho pedagógico de forma contínua, conforme as interações e descobertas das crianças. No entanto, no âmbito das políticas sociais públicas, ainda há desafios para reconhecer e viabilizar esse conceito (Didonet, 2022), mesmo o direito à escuta das crianças ter sido reconhecido legalmente no âmbito do artigo 4º da Lei nº 13.257/2016 (Brasil, 2016, art. 4º), que determina a participação infantil como um princípio fundamental na formulação de políticas, planos e programas voltados para elas.

Ademais, os resultados desta pesquisa não só corroboram a relevância das questões de infância no período de elaboração da Constituição de 1988, mas também evidenciam como a mídia desempenhou um papel na formação de um discurso público sobre a infância como um campo de direitos e cidadania. Era necessário transformar a forma como a sociedade percebia a criança. Para isso, utilizou-se os meios de comunicação e, ao final da Constituinte, uma pesquisa nacional revelou mudanças significativas nessa representação (Didonet, 2022).

A inserção das pautas infantis no debate constitucional, amplamente abordada nas reportagens, representou um marco importante para a construção das políticas públicas voltadas para crianças no Brasil, com reflexos que se estenderiam por décadas, ajudando a formar as bases das políticas de proteção e educação infantil no país. Esses achados não apenas contribuem para a análise histórica da construção da infância no Brasil, mas também oferecem subsídios para entender as relações entre mídia, política e infância, que continuam a influenciar as políticas sociais e educacionais nos dias de hoje.

4.4 Implicações

Os resultados desta pesquisa contribuem para o campo acadêmico. No aspecto teórico, o estudo sobre a participação das crianças na luta por seus direitos e no processo de elaboração da Constituição de 1988 amplia e aprofunda análises sobre infância e políticas públicas. As reportagens e fotografias discutidas evidenciam representações da infância e discursos políticos e midiáticos acerca dos direitos das crianças que são passíveis de discussões relevantes para a compreensão da construção da concepção de infância e suas

transformações. Assim, explora-se o protagonismo infantil e a sua importância para a formação de cidadãos críticos e engajados politicamente.

Ainda, nota-se o papel da mídia na construção de narrativas que impactam as percepções sociais e as decisões políticas. Assim, a dominação por imagens e a mídia assumem um papel produtor de narrativas e criador de um universo representativo, que privilegia símbolos. A interferência da mídia na produção de discursividades define agendas políticas e norteia ações dos próprios governos, expressa conveniências e conflitos de interesses, demonstrando ambições para a manutenção de poder e regulação das ações e comportamentos dos sujeitos (Moreira, 2017). Trata-se, portanto, da ressignificação da relação imagem-discurso e da busca por conhecimento crítico sobre a profundidade que liga imagens às subjetividades estabelecidas por um viés político e econômico que fazem das tecnologias da imagem um meio de poder e controle.

Na prática, os resultados destacam a importância de incluir a voz das crianças na formulação de políticas públicas, reforçando a necessidade de reconhecê-las como sujeitos de direitos, e não apenas objetos de proteção. Isso pode inspirar educadores, formuladores de políticas e agentes sociais a adotar práticas mais participativas em relação à infância. Por fim, esta pesquisa reitera a relevância de abordar a infância como um eixo prioritário nas políticas públicas, destacando como os direitos conquistados na Constituição de 1988 precisam ser continuamente defendidos e ampliados.

4.5 Limitações

Reconhecendo as limitações da pesquisa, aponta-se primeiramente para a questão do acesso ao acervo da Câmara dos Deputados. As reportagens e fotografias utilizadas como fontes foram obtidas mediante solicitação, sem acesso direto ao acervo completo. Essa dinâmica pode ter restringido a amplitude da análise, limitando a exploração de conteúdos complementares ou relacionados que poderiam enriquecer a investigação.

Em segundo lugar, a escolha por esse tipo de material implica compreender a complexidade do papel da mídia como produtora de narrativas e de sua forma de retratar a realidade. É importante reconhecer que o conteúdo analisado reflete influências diversas e incorpora conflitos de interesses, evidenciando estratégias voltadas para a manutenção do poder e o controle sobre as ações e comportamentos dos indivíduos.

Por fim, a análise de conteúdo, apesar de criteriosa, carrega a subjetividade inerente ao processo interpretativo, o que pode ter influenciado a categorização ou a ênfase em determinados aspectos.

4.6 Sugestões para Pesquisas Futuras

Com base nas conclusões e limitações deste estudo, algumas sugestões para pesquisas futuras podem ser propostas. Primeiramente, seria interessante ampliar o recorte temporal, investigando como a representação da infância evoluiu em décadas posteriores, especialmente em períodos de maior acesso à internet e redes sociais. Outro caminho seria explorar como as mobilizações de crianças influenciaram diretamente a formulação de políticas públicas, por meio de estudos que cruzem dados midiáticos com registros oficiais e relatos de participantes.

Pesquisas futuras também poderiam se concentrar em análises regionais ou locais, investigando as especificidades de diferentes contextos brasileiros e como elas se relacionam com as narrativas nacionais sobre a infância. Ademais, estudos que incluam entrevistas ou narrativas de crianças, tanto do período analisado quanto do presente, poderiam enriquecer a compreensão do impacto das políticas públicas e da mídia sobre suas vidas. Também seria relevante explorar como a mídia contemporânea representa a infância em comparação com o período de redemocratização, investigando os efeitos dessas mudanças sobre a percepção social e as práticas educativas.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou analisar a maneira como a participação das crianças na luta por seus direitos foi representada nas reportagens publicadas no período da Constituinte, considerando as disputas discursivas em torno da infância e das políticas públicas voltadas para esse público. A partir da análise das reportagens, foi possível perceber que, historicamente, a infância tem sido concebida sob diferentes perspectivas, ora como sujeitos de direitos, ora como objetos de tutela e controle social.

No campo da educação infantil, a participação das crianças é um princípio defendido, pois a pedagogia da infância reconhece a importância de escutá-las, envolvê-las no planejamento das atividades e adaptar as estratégias pedagógicas a partir de suas interações e descobertas. No entanto, no contexto das políticas sociais públicas, essa participação enfrenta desafios, uma vez que há resistência em reconhecer as crianças como capazes de contribuir para a formulação e implementação de políticas que afetam diretamente suas vidas.

As reportagens analisadas evidenciam que a representação social da criança ao longo do período estudado esteve em constante disputa. Se, por um lado, havia iniciativas e mobilizações sociais para garantir que as crianças fossem reconhecidas como sujeitos de direitos, por outro, a mídia e determinados setores políticos ainda reforçavam narrativas assistencialistas e paternalistas. A luta para incluir as demandas infantis na agenda pública se intensificou com a Constituinte de 1988, momento estratégico para consolidar uma nova visão sobre a infância, retirando-a do lugar subalterno de "menor incapaz" e reconhecendo-a como cidadã de direitos.

A análise das reportagens também demonstrou o papel da mídia na construção das narrativas sobre a infância e na definição de agendas políticas. Ao longo dos anos, foi possível identificar mudanças na maneira como as crianças eram representadas. Além disso, destaca a relevância da mídia na disseminação de discursos sobre a infância e a importância de um olhar crítico sobre essas narrativas.

Dessa forma, reconhecer as crianças como sujeitos de direitos implica não apenas garantir proteção legal, mas também ouvi-las e considerar suas perspectivas na formulação de políticas públicas. Como destaca James (2007, p. 267), "Listening to what children say about their everyday lives and experiences can allow us to both theorize and act on their understandings in relation to larger issues of social and political change." Ao incluir as vozes

infantis no debate sobre seus próprios direitos e na definição das ações que lhe digam respeito, promove-se a construção de uma sociedade mais democrática, na qual as crianças deixam de ser meras destinatárias de políticas para exercerem, de fato, suas condições de sujeitos de direitos e cidadãos.

REFERÊNCIAS

- Amorim, Katia S, and Maria Clotilde Rossetti - Ferreira. Creches Com Qualidade Para a Educação e o Desenvolvimento Integral Da Criança Pequena. *Psicologia, ciência e profissão* 19.2 (1999): 64–69. Print.
- Ariès, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- Bardin, L. Análise de conteúdo / Laurence Bardin; tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- Brandão, Carlos Rodrigues. O que é Educação? São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. (col Primeiros Passos).
- Brasil. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância [...]. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 mar. 2016. Art. 4º. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: jan 2025.
- Di Giovanni, Geraldo e Souza, Aparecida Neri de. Criança na escola? Programa de Formação Integral da Criança. *Educação & Sociedade* [online]. 1999, v. 20, n. 67 [Acessado 23 Agosto 2024], pp. 70-111. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73301999000200004>>. Epub 03 Out 2000. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73301999000200004>.
- Didonet, Vital. Políticas públicas para a infância: da Assembleia Nacional Constituinte ao Marco Legal da Primeira Infância. [Entrevista concedida a] Viviane Fernandes Faria Pinto. Em Aberto, Brasília, v. 34, n. 113, p. 231-240, jan./abr. 2022.
- Flick, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa. 2a Edição. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- Fonseca, Eneida Simões da. “A Situação Brasileira Do Atendimento Pedagógico-Educacional Hospitalar.” *Educação e Pesquisa: Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo* 25.1 (1999): 117–129. Print.
- Gonçalves, Luiz Alberto Oliveira e Silva, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. *Revista Brasileira de Educação*. 2000, n. 15, pp. 134-158. Disponível em: <. Epub 20 Dez 2012. ISSN 1809-449X.
- James, A. Giving Voice to Children's Voices: Practices and Problems, Pitfalls and Potentials. *American Anthropologist*, New Series, Vol. 109, No. 2, In Focus: Children, Childhoods, and Childhood Studies (Jun., 2007), pp. 261-272.
- Kuhlman Jr., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação* [online]. 2000, n. 14 [Acessado 23 Agosto 2024], pp. 5-18. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200002>>. Epub 20 Dez 2012. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200002>.
- Marcílio, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. História social da infância no Brasil. In: *História social da infância no Brasil*, organizado por Maria Luiza Marcílio, 2ª edição, 145-181. São Paulo: Cortez, 2016.

Marques Dias, Maria Luiza M S. “Mudanças Em Curso No Ensino Público Do Paraná” *Revista paranaense de desenvolvimento* 98 (2000): 45–65. Print.

Moreira, G.L. O ensino de geografia num mundo dominado pela mídia, permeado pela imagem e submetido ao espetáculo. In: TRINDADE, G.A., MOREIRA, G.L., ROCHA, L.B., RANGEL, M.C., and CHIAPETTI, R.J.N. *Geografia e ensino: dimensões teóricas e práticas para a sala de aula* [online]. Ilhéus: Editus, 2017, pp. 59-68.

Pina, A. P. B., Muller, F., & Pinto, V. F. F. (2017). Análise de conteúdo dos artigos científicos sobre avaliação na Educação Infantil (1996-2015) / Content analysis of academic papers on early childhood education assessment (1996-2015). *Revista De Educação PUC-Campinas*, 22(3), 475–496. <https://doi.org/10.24220/2318-0870v22n3a3782>.

Priore, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. 7. ed., 6a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

Rizzini, Irene, Barker, Gary e Cassaniga, Neide. Políticas sociais em transformação: crianças e adolescentes na era dos direitos. *Educar em Revista* [online]. 1999, n. 15 [Acessado 23 Agosto 2024], Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.196>>. Epub 06 Mar 2015. ISSN 1984-0411. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.196>.

Rosemberg, Fúlvia. Expansão Da Educação Infantil e Processos de Exclusão. *Cadernos de Pesquisa* 107 (1999): 7-40.

Rosemberg, Fúlvia. Gênero e educação na primeira infância: algumas questões. *Cadernos de Pesquisa* 116 (2002): 5-21.

Rosemberg, F., & Mariano, C. L. S. (2013). A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. *Cadernos De Pesquisa*, 40(141), 693–728. Recuperado de <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/142>.

Schueler, Alessandra Frota Martinez de. “A “Infância Desamparada” No Asilo Agrícola de Santa Isabel: Instrução Rural e Infantil (1880 - 1886).” *Educação e Pesquisa: Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo* 26.1 (2000): 119–133. Print.

Souza, Marli Palma. “Crianças e Adolescentes: Absoluta Prioridade?” *Revista katálisis* 2 (1998): 41–48. Print.

Souza, Rosa Fátima de. “Tempos de Infância, Tempos de Escola: A Ordenação Do Tempo Escolar No Ensino Público Paulista (1892-1933).” *Educação e Pesquisa: Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo* 25.2 (1999): 127–143. Print.